

PARANÁ

Diagnóstico Social e Econômico

**sumário
executivo**



IPARDES

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PARANÁ

Diagnóstico Social e Econômico



sumário executivo

CURITIBA

2003

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ELEONORA BONATO FRUET - *Secretária*

FÁBIO DÓRIA SCATOLIN - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

LIANA CARLEIAL - *Diretora-Presidente*

JOSÉ HENRIQUE DO CARMO - *Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN - *Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

ROSA MOURA - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

Alceu Henrique Bornancin, Cecília Schlichta Giusti, Celso G. Dias Junior, Daniel Nojima, Darcy Marzulo Ribeiro, Débora Zlotnik Werneck, Diócles Libardi, Eloise Helene H. Machado, Gilmar Mendes Lourenço, Gilson Volaco, Gracia Maria V. Besen, João Jorge de Andrade, Josil do Rocio V. Batista, Júlio T. Suzuki Junior, Luiz Fernando Wosch, Maria Aparecida de Oliveira, Maria de Fátima Vizaco Rigo, Maria de Lourdes Urban Kleinke, Maria Luiza M. S. Marques Dias, Marisa Sugamoto, Marise Manoel, Marley Vanice Deschamps, Nádia Z. Raggio, Neda Mohtadi Doustdar, Normélia Maria do Rocio de Souza, Oduvaldo Bessa Junior, Oscar Custel da Silva, Paulo Roberto Delgado, Rosa Moura, Rosana Maria Scheremetta, Sandra Terezinha da Silva, Sergio Wirbiski, Sieglinde Kindl da Cunha, Solange do Rocio Machado

EQUIPE TÉCNICO-OPERACIONAL

Juilson Previdi (*coordenação*), Maria Laura Zocolotti (*editoração*), Estelita Sandra de Matias (*revisão*)
Léia Rachel Castellar (*editoração eletrônica*), Luiza Pilati M. Lourenço (*normalização bibliográfica*),
Stella Maris Gazziero (*designer*), Régia Toshie Okura Filizola, Nelson Ari Cardoso (*programação visual*)
Renate Winz, Lucrecia Zaninelli Rocha, Katyane Pessoa de Melo Graichen, Júlio Cesar Ramos
(*geoprocessamento*)

I59p Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Paraná: diagnóstico social e econômico: sumário executivo /
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. –
Curitiba: IPARDES, 2003.
29 p.

1.Situação social. 2.Situação econômica. 3.Desenvolvimento
social. 4.Desenvolvimento econômico. I.Título.

CDU 308+338.1(816.2)

CONHECER PARA MUDAR

Eis aqui, resumidamente, a realidade social e econômica do Paraná, hoje. Não é um retrato agradável de se ver. Eu mesmo ainda fico estarelecido com alguns números, por exemplo, os do nosso IDH. As manchas vermelhas do mapa publicado na página 24 testemunham os descaminhos da política governamental nos últimos anos.

São mais de 22% dos paranaenses abaixo da chamada “linha da pobreza”. Mais de 70% dos municípios do Paraná têm o IDH inferior ao do Brasil. Bastam as duas citações para que tenhamos a dimensão da tarefa que temos pela frente, nos próximos quatro anos.

Este diagnóstico tem o objetivo bem claro: que todos conheçam a nossa realidade e, cientes dela, participem do esforço da mudança. Porque viemos para mudar. Porque um Governo só tem sentido de ser, quando coloca no centro de suas preocupações, como alvo de suas ações, as pessoas, o povo.

A população do Paraná deve ser o sujeito, o fundamento e o fim de todas as instituições. As medidas econômicas, sociais e políticas do Governo devem estar voltadas para assegurar a cada pessoa, a todas as pessoas, os direitos fundamentais do cidadão - saúde, educação, trabalho, moradia, meio ambiente saudável.

Cada um deve ter assegurado o direito de viver bem, de ser feliz onde nasceu, tem suas raízes, cria os filhos, estão os amigos. Este é o Paraná que queremos e que vamos construir. Um Paraná bom para todos, sem desigualdades regionais, com a renda melhor distribuída, com empregos, com pleno acesso aos serviços públicos.

É uma sociedade assim, mais igual, mais justa, mais desenvolvida, mais feliz, envaidecida de suas conquistas, é uma sociedade assim que, todos juntos, vamos construir. Porque viemos para mudar. E vamos fazer as mudanças que a realidade do Paraná exige.

Roberto Requião
Governador do Paraná





A DIMENSÃO SOCIAL: OS ELEMENTOS DE RESGATE DA CIDADANIA

Depois de um baixo crescimento nos anos 70 e 80, a população do Paraná volta a crescer na década de 90, o que ocorre, sem dúvida, pela redução do ímpeto emigratório definido pelo estreitamento das oportunidades de inserção em áreas de fronteira agrícola e nos mercados de trabalho urbanos, particularmente em São Paulo. Porém, continuam presentes os problemas sociais que impulsionam a migração, reforçando agora deslocamentos internos ao Estado que convergem para as áreas mais dinâmicas.

Desse modo, o fenômeno de crescimento populacional, orientado pela urbanização, se expressa na configuração de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Num extremo, aglomerações conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento da população elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80) particularmente na área Metropolitana de Curitiba, nas aglomerações urbanas do Norte-Central e Oeste Paranaense, e na faixa litorânea. Noutro extremo, um grande número de municípios apresenta decréscimo de população, correspondendo a 169, 185 e 203 municípios, respectivamente nos períodos 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000.

A rede urbana, que vem se consolidando ao longo dos anos, adquire uma complexa feição, já que passa a se articular a partir de aglomerações, que têm como pólo Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz-do-Iguaçu. Esses pólos, embora com crescimento intenso, perdem em intensidade para os seus municípios periféricos. Além de manchas contínuas com intenso dinamismo de crescimento da população, essas áreas agregam municípios com elevadas bases populacionais, agravando os efeitos socioespaciais do crescimento e compondo faixas de alta densidade. É nessas áreas que as demandas sociais não só aumentam, como se tornam mais complexas, exigentes de maior qualificação e especialização.

Além disso, a ocupação e o uso dos espaços, de forma acelerada e desordenada, não observaram os cuidados mínimos necessários à manutenção de um equilíbrio do substrato



natural. Nas áreas urbanas, a especulação imobiliária e as ocupações irregulares resultam em riscos sociais e ambientais, afetando o ciclo natural de renovação desses recursos, pela poluição por dejetos de esgotamento domiciliar, resíduos industriais e rejeitos, algumas vezes de alta toxicidade.

Nas aglomerações urbanas é acentuada a desigualdade socioespacial: a insuficiência da oferta do emprego, a concentração da renda e o aumento das demandas por moradia, com oferta regulada pelo mercado imobiliário, intensificam o processo segregador e excludente da ocupação do espaço urbano. Agrega-se a isso a complexidade de gestão das funções públicas de interesse comum, já que as aglomerações conformam uma cidade contínua, porém governada por vários municípios autônomos, incapazes de, individualmente, contemplar as especificidades de novas exigências.

Tomando como indicador o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000 - IDH-M, o Paraná, em uma evolução positiva, ocupa a sexta posição no *ranking* brasileiro. Contudo, ainda se mantém aquém dos índices ostentados por municípios de estados vizinhos. Comparativamente, o Estado situa-se numa posição extremamente desfavorável em relação aos demais estados sulinos e São Paulo, concentrando o maior número de municípios no recorte muito inferior ao IDH-M do Brasil. Enquanto no Paraná predomina a mancha contínua de municípios com IDH-M inferior ao do Brasil, nos demais estados aparecem grandes conjuntos de municípios com índices superiores a 0,800, particularmente nas suas áreas metropolitanas e aglomerações urbanas.

Em termos de distribuição, 33% da população paranaense vive em municípios com IDH-M inferior ao do Brasil. Nos demais estados, os municípios nessa condição abrigam menos que 10% da sua respectiva população. Inversamente, no Paraná, apenas 36% da população vive em municípios com índices de alto desenvolvimento. Nos demais estados essa proporção é superior a 60%, sendo que em Santa Catarina e São Paulo atinge 72%.

Internamente ao Estado, as mesorregiões Oeste e Sudoeste Paranaense se destacam por apresentarem uma maior proporção de municípios em melhores condições de desenvolvimento humano. Dos 20 municípios com maior IDH-M no Estado, 11 são da mesorregião Oeste e três da Sudoeste. Os piores índices ocorrem na mesorregião Centro-Sul. Entre os 20 municípios com os mais baixos IDH-M no Estado, cinco estão nessa mesorregião. Tomando ainda as aglomerações urbanas como unidades de referência, observa-se que essas são as que conjugam maior número de municípios com melhores IDH-M, pelo fato de que essas espacialidades demonstram maior capacidade em oferecer



empregos e serviços de saúde e educação, condições que qualificam o desenvolvimento humano. Essa qualificação, no entanto, encobre a grande concentração de populações vulneráveis: das famílias com chefes cujos rendimentos são inferiores a 1 salário mínimo ou não possuem rendimentos, 38% estão nas aglomerações urbanas; entre os domicílios sem esgotamento sanitário, 41% encontram-se também nessas áreas. Tais indicadores revelam suas características contraditórias: ao mesmo tempo em que se abrem possibilidades concretas de aprimoramento do padrão do desenvolvimento humano, persistem condições de pobreza inaceitáveis, como confirmam os IDH-M evidentemente baixos nos municípios-dormitórios dessas aglomerações.

Esse indicador revela, ainda, a expressiva concentração da pobreza nas áreas rurais, no caso do Paraná, dado que 71% da população rural encontra-se em municípios com IDH-M inferiores ao do Brasil. Observando a distribuição dessa população rural segundo dois grupos vulneráveis – crianças e idosos – tem-se uma maior participação desses grupos residindo em áreas rurais de municípios posicionados nos recortes mais baixos de desenvolvimento humano. Admitindo que as áreas rurais já demonstram certa vulnerabilidade, dado que sofrem grande dificuldade de oferta de serviços e equipamentos em função da dispersão de sua população no espaço, nelas agudiza-se a carência dos grupos destacados. Tais grupos são mais dependentes de políticas públicas específicas, particularmente nas áreas da saúde, da melhoria das condições ambientais e da moradia, dentre outras.

Nos anos 90, estratégias de inversão em políticas sociais foram implementadas, ofertando atendimento às demandas básicas de forma próxima à universalização, particularmente no tocante à educação e saúde da população. O grau de estruturação que marca essas políticas se deve a mecanismos de financiamento que estabeleceram uma relação clara entre recursos financeiros e atribuição de responsabilidades entre os níveis de governo, bem como ao fortalecimento de canais de participação, a exemplo dos conselhos municipais que já atuam em vários setores da política social. Isso trouxe melhorias visíveis para a população, mensuradas através de indicadores básicos. Contudo, a oferta desses serviços continua atestando dificuldades em complementar essa universalização e, sobretudo, acentuando desigualdades quando se trata de serviços que integram etapas mais avançadas em sua realização.

O número de pessoas não alfabetizadas, na média do Estado, atinge 8,6%, chegando a 14% nas mesorregiões do Norte Pioneiro e Centro-Ocidental Paranaense. É importante lembrar que o analfabetismo está vinculado principalmente à população com idade mais avançada.



Observa-se, ainda, que a escolaridade média no Estado é de aproximadamente 5 anos de estudo, com grandes diferenças entre as diversas mesorregiões. No entanto, preconiza-se o teto mínimo de 10 anos para que a educação possa ser relevante na redução das desigualdades sociais.

Quanto aos indicadores de saúde, embora a taxa de mortalidade infantil do Paraná seja menor que a do Brasil, no nível mesorregional são marcantes as desigualdades em termos da taxa de mortalidade infantil. Em quatro das dez mesorregiões paranaenses esse indicador é bastante superior à média estadual – Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Sudeste e Centro-Sul, esta última com o registro mais elevado, 27,18. Em melhor posição, com 15,27, distingue-se a mesorregião Norte-Central.

O atendimento escolar e de saúde convive com a escassez de materiais e de recursos humanos adequados, exacerbada, ainda, pela seletividade espacial, quer no âmbito das diferenças entre municípios ou no próprio âmbito intramunicipal.

Essas observações indicam que as políticas públicas devem se direcionar no sentido de aprofundar e qualificar a universalização do atendimento às demandas sociais da população, buscando facilitar condições de emprego e renda, assim como o acesso aos direitos sociais.

Ao mesmo tempo, essas políticas, consoantes às estratégias de ação do governo, cujo eixo é a inserção social, devem ser focadas nas populações mais vulneráveis. No Paraná, em 2000, havia 692.795 domicílios cujos chefes tinham renda inferior a 1 salário mínimo, representando 26% do total de domicílios. Desse grupo, 171.700 chefes declararam não auferir nenhum rendimento.

Esses domicílios distribuem-se heterogeneamente entre os municípios paranaenses, e induzem a que se diferenciem duas situações que envolvem a população de baixa renda, com implicações para os programas que venham a ser definidos. A primeira, compondo conjuntos de municípios nos quais a proporção de domicílios com chefes nessas condições de renda ultrapassa 50% do total de domicílios. Esta situação envolve um grande número de municípios e caracteriza-se por baixo volume populacional, mas com elevada proporção de pobres, muitos dos quais nas áreas rurais dos municípios. Na outra situação, embora a proporção relativa ao total de domicílios de baixa renda seja pequena, é elevado o número de chefes com baixa renda. É o caso dos 24 municípios com IDH-M posicionado como de alto desenvolvimento humano, em sua maioria de médio e grande porte populacional, os quais agrupam aproximadamente 164 mil domicílios de baixa renda, que



representam 24% dos domicílios com chefes ganhando até 1 salário mínimo no Paraná. Salienta-se, assim, a presença de população de baixa renda nas aglomerações urbanas, pois embora estas concentrem municípios nas melhores situações do IDH-M, apresentam maior desigualdade interna.

Embora a moradia seja um direito social constitucionalmente assegurado e condição básica à sobrevivência, não tem sido objeto de políticas de natureza e dimensão adequadas à magnitude da carência de sua demanda. A falta de opções provocada pela ausência de políticas habitacionais tem levado à autoconstrução em assentamentos informais, invasões em áreas de valor ou de risco ambiental, ocupações de áreas públicas ou privadas, resultando em desocupações e despejos forçados, com danos morais e materiais, dentre outros. Nessas áreas, a oferta de serviços básicos pelos municípios é insuficiente em face da demanda, sujeitando os moradores a precárias condições de atendimento e desenhando um espaço marcado pela desigualdade. O sistema de oferta de moradia, obedecendo a lógicas de mercado, exclui amplos segmentos da população, quer pela impossibilidade de acesso provocada pela insuficiência ou dificuldade de comprovação de renda, quer pelas complexidades impostas para a regularização de áreas ocupadas.

O saneamento básico é um dos principais indicadores da adequação da moradia, pela influência que exerce nas condições do ambiente e da saúde. No Paraná, o descompasso entre a oferta de água e um adequado esgotamento sanitário é bastante elevado. Enquanto 83,6% dos domicílios paranaenses são atendidos por rede geral de abastecimento, apenas 37,6% são atendidos por rede geral de esgoto. A ausência de canalização interna e a inexistência de banheiro ou sanitário também revelam as condições de moradia: 5% dos domicílios paranaenses não têm o conforto da canalização interna e 2% não possuem banheiro ou instalação sanitária.

As precárias condições de moradia, em áreas com elevada concentração populacional, aliadas a outras carências sociais e ao desemprego, intensificam situações de conflito e conjugam elementos que favorecem articulações que resultam em maior violência e criminalidade. Entretanto, não se dispõe de informações sistematizadas e integradas a uma base de dados oficial que permitam acompanhar e orientar ações de segurança pública, nos seus vários desdobramentos.

A mudança de rumo e as alterações na condução das políticas públicas propostas pelos governos federal e estadual, que focalizam e contemplam o social como eixo estratégico do desenvolvimento, somente serão concretizadas e viabilizadas por meio da articulação e



participação dos diversos atores sociais na formulação dessas políticas. Nesse contexto, emerge de forma decisiva a necessidade de fortalecimento e aperfeiçoamento dos conselhos gestores de políticas públicas, canais promotores do diálogo entre os diversos atores governamentais e não-governamentais, arenas nas quais se praticam a partilha de poder e a co-gestão. Esses conselhos são espaços fundamentais de participação cidadã no tocante à elaboração e controle de políticas públicas setoriais, ou na gestão de programas governamentais focalizados.



INTERFACE ECONÔMICO-SOCIAL: O MERCADO DE TRABALHO

Embora a população economicamente ativa (PEA) do Paraná venha apresentando crescimento – o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho passou de 4,4 milhões para 5,1 milhões, entre 1992 e 2001 –, o segmento que apresentou maior crescimento relativo foi o de desempregados, cujo número passou, no mesmo período, de 236 mil para 392 mil pessoas, segundo a PNAD-IBGE. O crescimento da ocupação foi modesto, e particularmente afeto às mulheres – que representam quase 2/3 do incremento verificado na PEA paranaense, com aproximadamente 450 mil mulheres entrando no mercado de trabalho – e às crianças e jovens (10 a 17 anos de idade), que representavam 334 mil ocupados em 2001 (7,1% do total). Apesar do incremento feminino, foram as mulheres que mais sofreram o problema do desemprego, com sua participação no total de desempregados passando de 44% para 51%, no período. No caso das crianças, é preocupante verificar que o número de crianças e jovens desempregados, que vinha diminuindo, teve um acréscimo, entre 1996 e 2001, de 58 mil para 69 mil. Este fato, associado ao aumento do desemprego feminino, remete a outra faceta da crise do trabalho: a dificuldade de as famílias viabilizarem uma estratégia de sobrevivência – ampliação do número de membros da família no mercado de trabalho – normalmente utilizada em períodos de dificuldades.

A par do baixo crescimento da ocupação, a precarização das relações de trabalho tem implicado maior instabilidade dos vínculos empregatícios e a exclusão a certos benefícios. Considerando-se a proporção de ocupados que possuem carteira de trabalho assinada ou vínculo estatutário no serviço público, verifica-se que, no Paraná, houve uma recuperação



no nível de formalização das relações de trabalho, com taxas que variaram de 34,6%, em 1992, para 38,3%, em 2001. Entretanto, há que se considerar que a maior parcela dos trabalhadores está à margem de qualquer sistema de proteção social; no caso paranaense, segmento expressivo dos excluídos é constituído por trabalhadores rurais.

A distribuição setorial da ocupação, mantendo tendência de décadas anteriores, aponta forte redução da ocupação agrícola, caindo de 35,5% dos ocupados para 24% em 2001. A indústria de transformação paranaense, que recebeu na segunda metade dos anos noventa expressivos investimentos, não consegue, entretanto, reverter tais esforços em empregos. Os setores com maior crescimento relativo no nível de ocupação foram os serviços auxiliares da atividade econômica (8,4% a.a.) e os serviços sociais (5,3% a.a.). Considerando-se o volume de mão-de-obra, o destaque fica com os setores de prestação de serviços, serviços sociais e comércio de mercadorias, que empregavam, em 2001, quase 2 milhões de pessoas (42% do total de ocupados do Estado).

Em 1995, 17,51% da população ocupada no Paraná recebia até 1 salário mínimo e em 2001 essa participação atinge, aproximadamente, 19% do conjunto. Esta informação indica que a pobreza é uma condição que atravessa o próprio mercado de trabalho. Concretamente, a análise do mercado de trabalho paranaense mostra uma tendência de empobrecimento entre os ocupados que se revela em sua concentração na faixa de rendimento até 2 salários mínimos mensais, atingindo aproximadamente 47% dos trabalhadores, em 2001.

O quadro geral da escolaridade do pessoal ocupado é ainda problemático, mesmo que ao longo do período analisado tenha havido uma melhoria no padrão escolar. Em 2001, 21,94% do total de ocupados tinha até três anos de escolaridade, podendo ser considerados analfabetos funcionais. A pesquisa empírica no país tem indicado que, sobretudo em áreas metropolitanas, é este segmento que tem perdido seu posto de trabalho e sofrido maior perda de renda. A maior escolaridade, porém, não tem sido, por si só, no país, garantia de emprego nem tampouco de maiores salários. Adicionalmente, o maior número de anos de freqüência na escola não garante a qualidade do aprendizado. Contudo, o mercado de trabalho, ao longo do período, tem sido mais exigente, uma vez que se amplia a participação dos ocupados com mais de 8 anos de escolaridade. É importante lembrar que há uma associação entre pobreza e pouca escolaridade que se revela nas famílias e tende a ser reproduzida entre os filhos, dificultando o acesso das gerações futuras ao mercado de trabalho.



A análise do mercado de trabalho evidencia que na década anterior aumentou o tempo de permanência na escola, uma vez que se reduz a PEA entre 10 e 19 anos; ampliou-se o desemprego; identificou-se um empobrecimento dos ocupados, acompanhado de uma forte concentração de ocupados em estratos mais baixos dos rendimentos auferidos; e, finalmente, apesar da melhora relativa da escolaridade entre os ocupados, a população ocupada com escolaridade inferior a 8 anos de estudo ainda representa 52% do total, assinalando agravamento futuro da permanência no posto de trabalho.



DIMENSÃO ECONÔMICA

O Brasil, na década de noventa, experimentou o primado do ajuste estrutural da economia à nova ordem mundializada. No caso paranaense, a política recente de atração de investimentos externos cumpriu um certo papel no delineamento de sua estrutura industrial no sentido de aproximá-la ao padrão nacional. Entretanto, é necessário lembrar que esta modificação iniciou-se nos anos setenta e decorreu não somente da modernização na agropecuária paranaense, mas também da expansão da indústria nacional, sobretudo a localizada na Região Metropolitana de São Paulo.

O Paraná apresentou, ao longo da década passada, crescimento moderado de sua economia, ainda que ligeiramente superior ao do país. Seu PIB expandiu-se à taxa anualizada de 3,4%, enquanto a do Brasil foi de cerca de 3%, permitindo ao Estado manter-se como a quinta economia no país, participando com 6% do PIB nacional segundo o IBGE, no ano de 2000.

■ Agropecuária: desempenho produtivo e iniquidade social

Do ponto de vista produtivo o desempenho da agropecuária manteve bons resultados, principalmente nas atividades com maior articulação à agroindústria. A produção de grãos, por exemplo, cresceu de 13 milhões de toneladas para 21,6 milhões, entre 1990 e 2002, devido, sobretudo, aos aumentos nos rendimentos físicos apesar das restrições de crédito. A média de R\$ 2,59 bilhões/ano (a preços de dezembro de 2002) ficou muito abaixo da obtida nos anos oitenta, de R\$ 5,51 bilhões/ano de crédito. Considere-se, ainda,



a importância da produção agropecuária nas exportações paranaenses. Os produtos agrícolas e os derivados agroindustriais responderam, em 2002, por aproximadamente 55% das exportações do Estado.

Orientado pelo mercado, o crescimento da produção agrícola continua estreitamente dependente da soja e do milho, que em 2001 participaram com 60% do valor bruto da produção de lavouras. Por sua vez, vêm se distinguindo na pauta agrícola as frutas e olerícolas, que aumentam significativamente a participação no valor bruto da produção, passando de menos de 2% para 5%.

Do ponto de vista da estrutura social, no entanto, as iniquidades permanecem sem alterações. Os indicadores sociais disponíveis demonstram a persistência da pobreza rural, a ponto de a aposentadoria rural ter se constituído no principal programa rural e, em muitos casos, em mecanismo de financiamento da produção.

Os agricultores empresariais (aproximadamente 12% do total) e uma pequena parcela dos agricultores familiares articulados às agroindústrias adotam técnicas avançadas de produção, obtêm elevados rendimentos físicos e são os responsáveis pelo desempenho produtivo da agricultura paranaense. Ocorre que os agricultores em regime de economia familiar com maiores rendas (a fração superior desse conjunto) são poucos, em torno de 14% de todos os produtores rurais. No extremo inferior estão os agricultores que praticamente não possuem renda, apenas subsistem. Estes representam praticamente 50% dos agricultores e detêm menos de 15% da área.

A contradição entre a exuberância produtiva e a iniquidade social tem raiz, fundamentalmente, na estrutura fundiária concentrada, que foi agravada pelo processo de modernização, denominado "modernização conservadora" justamente por não resolver, mas, ao contrário, reforçar as desigualdades na distribuição da terra. Assim, estruturou-se na agropecuária paranaense uma sociedade em que se contrapõem condições extremas e que requerem a ação consciente para evitar que se aprofundem.

O desenvolvimento da sociedade rural não depende apenas do aumento da produção mas principalmente da maior inclusão do conjunto de seus produtores nos resultados dessa produção. Vale apontar, também, que uma política de segurança alimentar requer estruturas sociais e produtivas fortes.

O grande desafio está em como romper um modelo que em termos produtivos tem se revelado eficiente, mas que é socialmente incapaz de resgatar da pobreza a maioria da população rural e tampouco de inseri-la dignamente em áreas urbanas.



■ **Indústria: concentração econômica e espacial**

A indústria paranaense passou por um redimensionamento e teve, na primeira metade dos anos noventa, uma expansão acumulada de apenas 1,6% de sua malha industrial; na segunda metade retoma de modo gradual o crescimento dessa malha, com uma taxa acumulada de 7,2%. O aumento relevante da capacidade instalada nessa última fase associou-se aos investimentos nas indústrias automobilística, de madeira e de carnes, e a inversões destinadas ao incremento das relações intra-industriais, tendo sido exemplares entre ramos da metalurgia e de material de transportes; madeira e químico; e entre insumos químicos e alimentação.

Do parque industrial instalado em 2000, de acordo com a SEFA, 85% constituía-se de pequenos estabelecimentos, seguidos de 13,2% de médios e apenas 1,7% de grandes estabelecimentos. Vale destacar que, dentre os pequenos, 61,7% correspondem à faixa de faturamento anual de até R\$ 150 mil, constituindo-se nos potenciais beneficiários da atual política de isenção fiscal do governo estadual.

É também uma marca dos anos noventa a tendência de diversificação industrial em direção a setores de maior sofisticação tecnológica, com ramos da metalmecânica (em particular, química e material de transporte) avançando mais vigorosamente sobre ramos tradicionais. Em 2000, ramos da metal-mecânica responderam por 42%, e alimentos, fumo e bebidas por 25% do VA industrial.

Sob a ótica regional, há uma tendência de reconcentração industrial na mesorregião Metropolitana de Curitiba, acompanhada de um espraiamento em seu entorno que alcança especialmente a região Centro-Oriental, e a manutenção do segundo pólo do Estado localizado na Mesorregião Norte-Central Paranaense. Em 2000, a primeira mesorregião deteve 64,5% do valor adicionado fiscal (VA), a segunda 10,9% e a última 11,6%. Por outro lado, reforçaram-se desníveis, com a manutenção de uma situação de estagnação industrial nas mesorregiões Centro-Sul, Centro-Occidental, Norte Pioneiro e Oeste Paranaense, que, juntas, responderam por apenas 7,2% do valor adicionado.

Os segmentos da metal-mecânica continuam centrados nas principais mesos acima apontadas, com exceções pontuadas por equipamentos agrícolas na mesorregião Oeste Paranaense e equipamentos para geração e transmissão de energia elétrica na meso Norte Pioneiro. De qualquer modo, mantêm-se dinâmicas pontualmente localizadas de um conjunto de ramos industriais (na maioria, tradicionais) em diferentes espaços do Estado, a



exemplo de indústrias tradicionais com perfil inovador no segmento sucroalcooleiro, de laticínios e sucos na mesorregião Noroeste, e óleos vegetais, fiação de algodão e conservas de frutas e legumes no Centro-Occidental Paranaense.

O setor agroindustrial não escapou às tendências mais gerais de reorganização produtiva e ao estilo de crescimento anteriormente assinalados, tendo se consolidado ramos de maior agregação de valor e de maior capacidade de inserção nacional e internacional. De fato, seu processo de ajustamento é mais severo que o do conjunto da indústria, dada a involução de 13,1% no número de estabelecimentos (3.470 para 3.015) e o modesto crescimento de 26,1% do emprego (70.743 para 89.232), respectivamente, entre 1990 e 2000, segundo a SEFA.

Nesse processo, a estrutura do agronegócio paranaense permanece concentrada em cinco grupos de indústrias com 45% do VA - Óleos e Gorduras Vegetais; Cerveja, Chope e Malte; Destilação de Álcool e Produção de Açúcar; Abate de Aves e de Bovinos e Suínos; e Preparação de Carnes e Subprodutos – sem, entretanto, deixar de se diversificar sob uma gama alternativa de segmentos. Paralelamente, áreas como de beneficiamento de café, mate, grãos e fibras sofrem forte redução de valor adicionado, emprego e de estabelecimentos.

A agroindústria paranaense também se concentra em poucas localidades, sendo que quatro mesorregiões, em 2000, concentravam 77% do valor adicionado agroindustrial do Estado. Tal concentração espacial fica mais evidente, porém, se considerarmos que apenas dez municípios respondem por 54% daquele valor. As cinco primeiras posições ficam para os municípios de Curitiba (12,1), Ponta Grossa (11,3), Toledo (5,3), Maringá (5,2) e Apucarana e Londrina, apresentando a mesma participação (4,3). Seguem os municípios de Paranaguá (3,6), Cascavel (2,8), Carambeí (2,7) e Araucária (2,4).

Quanto ao Comércio Exterior do Paraná, o fato marcante foi o declínio de superávits superiores a US\$ 1 bilhão, durante o período de 1990 a 1997, para patamares próximos a cerca de US\$ 160 milhões, desde 1998, devido ao avanço expressivo das importações, focalizado principalmente no gênero de material de transportes, com o início das atividades das novas montadoras de automóveis.

As exportações paranaenses (US\$ 5,3 bilhões em 2001) mantiveram-se compostas por uma gama significativa de produtos de origem extrativa e agropecuária, particularmente concentrada no complexo da soja e em madeira, carnes e açúcar. Contudo, houve um avanço importante de produtos industrializados (de 44% para 56%), sobretudo manufaturados,



destacando-se em 2001 a participação de 22,7% de material de transporte, e a redução da concentração da pauta no complexo soja (31,3% em 2001 ante 45,6% em 1990).

No contexto nacional a participação das exportações amplia-se de 5,95% para 9,13%, e a das importações de 3,03% para 8,87%, no período 1990-2001.

■ **O potencial de tecnologia e infra-estrutura**

O desenvolvimento prospectivo das diversas regiões do Estado depende, além de políticas industriais, fundamentalmente das externalidades geradas pelos sistemas de ciência e tecnologia e de infra-estrutura.

Nesse sentido, o Paraná, acompanhando o esforço federal, nos últimos anos, na promoção tecnológica em âmbito do sistema público e privado de ensino e pesquisa, ampliou o Sistema de Ensino e Pesquisa das Universidades e Faculdades Públicas e Privadas, com espraiamento das principais universidades das aglomerações urbanas de médio porte para vários outros centros do Estado.

Expandiu-se, também, a formação e qualificação de professores, com o aumento do número de mestres e doutores, principalmente nas grandes universidades públicas (no conjunto as universidades contam atualmente com um quadro de 3.204 professores, sendo 50% doutores, 35% mestres e 15% graduados ou especialistas). Além disso, as universidades do Paraná possuem 701 grupos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, representando 6% do total no Brasil e 30% na Região Sul.

Houve, também, expansão das instituições de pesquisa, sob formas híbridas, com a mobilização de diversos agentes em torno de objetivos comuns, racionalizando o uso de recursos, com destaque às incubadoras e pólos tecnológicos.

Em termos de financiamento para Ciência e Tecnologia (C&T), até o final da década de 90 as fontes correspondiam aos fundos federais do CNPq, Finep, FNDCT e PADCT, tendo o Estado acessado muito timidamente tais fundos. No final da década foi instituído o Fundo Paraná, que destina 2% da receita tributária estadual ao desenvolvimento científico e tecnológico, sendo 30% direcionado à Fundação Araucária, 20% ao Tecpar, e 50% ao Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia.

Apesar de contar com um sistema de Ciência e Tecnologia estruturado, o Paraná não foi capaz de criar sinergias com a base produtiva paranaense, de modo que modificações do padrão tecnológico, para alguns segmentos, têm ocorrido de modo autônomo.



No tocante à infra-estrutura, destacam-se alguns problemas de importância crucial no desempenho futuro da economia e sociedade paranaenses.

No setor rodoviário devem ser destacadas as dificuldades de integração com as economias do Sudeste – principalmente São Paulo –, com a do Sul e, por extensão, com o Mercosul. Essas dificuldades decorrem de alguns pontos de estrangulamento no processo de duplicação da BR 116, rodovia Regis Bittencourt, em que alguns trechos cruciais têm seu trânsito em pista simples, com prejuízo para a ligação do Sul com o que se chama o complexo urbano do Sudeste.

A par disso, a completa integração com o Sul do Brasil está prejudicada pela suspensão/paralisação do processo de duplicação da BR 101, no trecho Palhoça (SC)-Osório (RS). A essa dificuldade deve ser agregada a inexistência do trecho paranaense dessa rodovia, cuja implantação se torna questionável, uma vez que se daria numa área onde se localiza o maior complexo estuarino-lagunar do Atlântico Sul.

Dentro do território paranaense grande parte das vias não pedagiadas encontra-se completamente sucateada, e o índice de rodovias pavimentadas é relativamente baixo, comparado com o dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda assim, as principais vias pedagiadas apresentam bom estado de conservação, ainda que não tenha sido ampliada a quilometragem das estradas duplicadas.

Outro item a ocupar espaço nas reflexões, principalmente na área de transporte e exportação de grãos, é a importância que vem assumindo o sistema de navegação fluvial. Vale ressaltar o sistema Paraná-Tietê, no Estado de São Paulo, com cerca de 2.400 km de extensão de vias navegáveis com vários pontos de transbordo, permitindo a integração entre os modais rodoviários, ferroviário e fluvial, que abrange extensas áreas produtoras e favorece as exportações pelo Porto de Santos.

A despeito das expectativas negativas que cercaram o processo de privatização das teles, o setor de comunicações no Estado do Paraná vem se mantendo numa tendência expansionista, principalmente na oferta de serviços de telefonia móvel e na implantação de redes de transmissão de informações e dados. Esses serviços são oferecidos por três grandes operadoras que atuam no Paraná.

Entre os fatores favoráveis ao Paraná, merece destaque a melhoria na conservação da malha ferroviária, que vem permitindo aumentar a velocidade média das composições e, conseqüentemente, o volume de cargas transportadas. Os grandes corredores de exportação cobrem todo o território estadual e ampliam sua participação na tonelage transportada, principalmente de grãos.



Um segundo fator é a disponibilidade de oferta de energia, tanto em termos da presença de fontes geradoras, como de redes de transmissão e distribuição.

Nesse caso, deve-se registrar que o sistema energético brasileiro caminha para a completa integração, constituindo-se sistemas interligados, como o do Sul/Sudeste, com seus mercados específicos de energia. Isso não impede, entretanto, a adoção de uma política de estímulos ao investimento no aumento da oferta de energia elétrica, principalmente com a expansão das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), como as previstas para o aproveitamento dos rios Tibagi, Chopim, Ivaí, Piquiri e outros de menor porte.

Nessa hipótese, é necessário que se pense cada vez mais o uso múltiplo dos cursos d'água, com a implantação de reservatórios que permitam, além da oferta firme de energia, a irrigação e a ampliação dos trechos navegáveis desses rios.



DESAFIOS

O adequado aproveitamento das principais oportunidades oferecidas ao Estado e o simultâneo encaminhamento da correção de algumas restrições permitem projetar capacidade de crescimento econômico do Paraná de 5,5% a.a. a partir de 2004, superior ao ritmo de 4,5% a.a. estimado para o país pelo Ministério do Planejamento.

A expansão quantitativa e qualitativa da capacidade produtiva do Estado encontra-se ancorada em sete eixos de oportunidades: o fortalecimento da produção familiar rural; a modernização do agronegócio (com forte presença das cooperativas); complementaridade interindustrial da metal-mecânica e eletroeletrônica; a ampliação quantitativa e qualitativa do complexo madeireiro e papeleiro; a expansão da fronteira internacional, incluindo o Mercosul; ações voltadas para o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais e a retaguarda infra-estrutural, por meio da otimização do tripé transportes, energia e telecomunicações.

Contudo, mesmo apresentando potencial dinamismo esses segmentos poderão não viabilizar a geração de emprego em dimensões compatíveis com a expansão da população economicamente ativa. Vale lembrar que os anos 90 conviveram com um desemprego crescente.

A continuidade desse processo tende a persistir, inclusive, pelo estreitamento das oportunidades para migração da população paranaense em direção a outras regiões do país e, sobretudo, pela incapacidade do atual modelo, que em termos produtivos tem se



revelado eficiente, mas socialmente tem se mostrado incapaz de resgatar da pobreza a maioria da população rural e tampouco de inseri-la dignamente em áreas urbanas.

Para enfrentar esse desafio, além de alavancar os eixos acima descritos, algumas estratégias de ação precisam ser consideradas. De início cabe imprimir às ações governamentais um planejamento consciente e firme centrado no compromisso da inclusão social.

Do mesmo modo é necessário desenvolver ações voltadas a dar estabilidade aos pequenos produtores de forma a assegurar condições de produção e qualidade de vida que viabilizem sua permanência no campo.

Também é preciso estabelecer políticas sociais adequadamente focadas, dirigidas àqueles grupos sociais que dificilmente poderão alcançar, sem esse apoio, um patamar mínimo de condições de vida e cidadania.

Outra ação essencial surge da necessidade de se perseguir uma maior internalização dos efeitos multiplicadores dos segmentos dinâmicos da economia explorando as potencialidades da estrutura produtiva. Há um enorme espaço vazio nas áreas de complementação da estrutura industrial e dos serviços a ela associados que, na ausência de medidas que estimulem a arregimentação de empresas locais, será inevitavelmente preenchido por outros fornecedores nacionais e internacionais.

Emerge, também, a importância de estabelecer uma política governamental explícita de desconcentração, que tenha como objetivo o desenvolvimento econômico regional equilibrado, ampliando as inter-relações regionais, ancorada na maximização das vocações e aptidões regionais, nas suas diferentes escalas, envolvendo novos atores locais ativos, inclusive na perspectiva de reconstrução de espaços, como os consórcios de municípios. Nesse contexto, cabe fortalecer a identidade empresarial regional, minimizando os reflexos da abertura indiscriminada da economia do país e apoiando a gestão das empresas locais.

É preciso, ainda, incentivar e monitorar a interação entre a base produtiva e o apoio institucional de ciência e tecnologia.

Outra ação fundamental está na busca da restauração do equilíbrio das contas públicas, recuperando os níveis de eficiência da máquina pública e o potencial das inversões em capital social básico, notadamente nas áreas de infra-estrutura econômica e social.

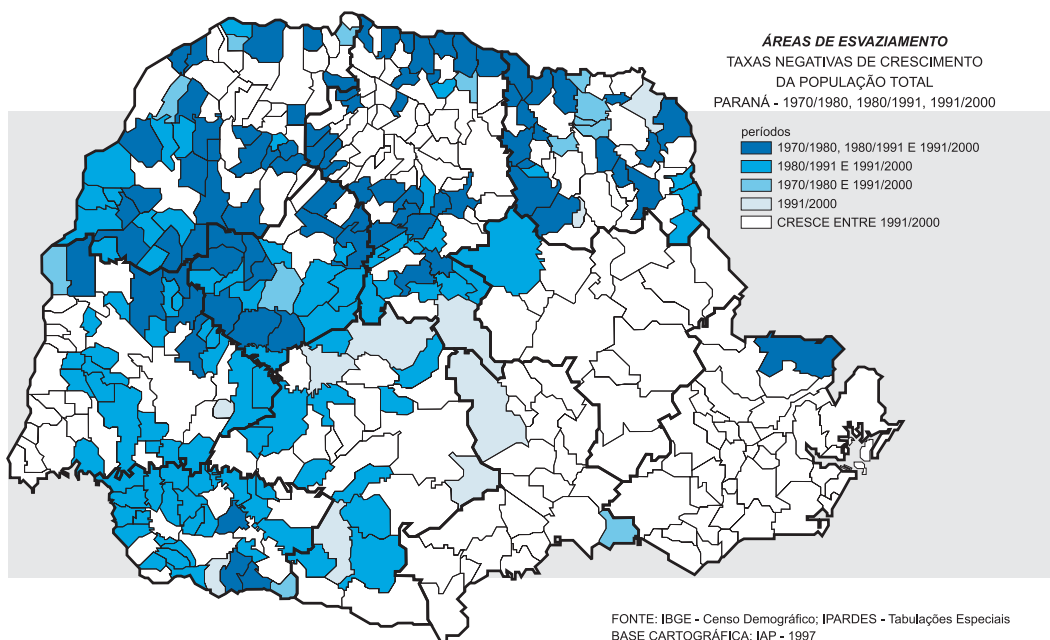
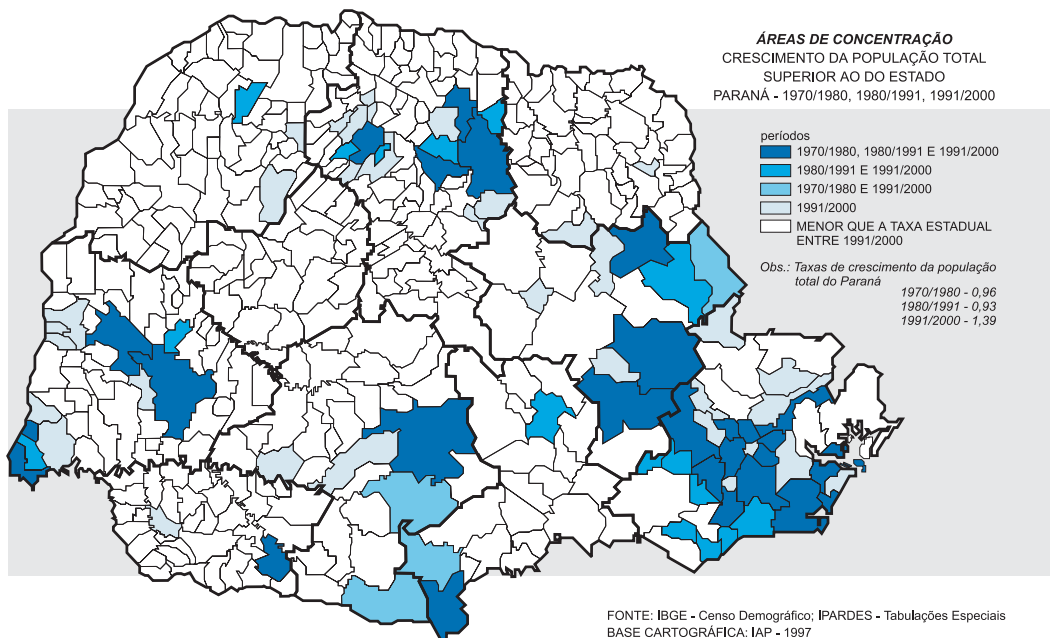
Por fim, afigura-se vital o exercício de pressões ativas junto à esfera federal na defesa de programas e projetos essenciais ao desenvolvimento do Estado, além da participação conseqüente no movimento de mudanças no arcabouço da política econômica e social.



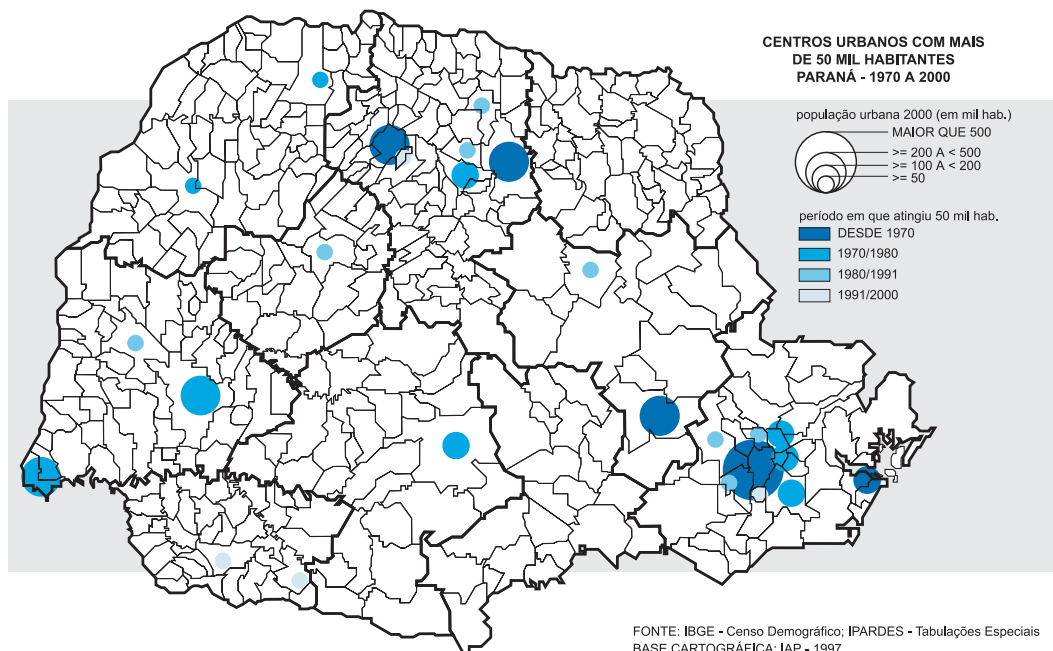


FIGURAS E MAPAS

DINÂMICA POPULACIONAL



DINÂMICA POPULACIONAL



CENTROS COM POPULAÇÃO URBANA SUPERIOR A 50 MIL HABITANTES - PARANÁ - 1970/2000

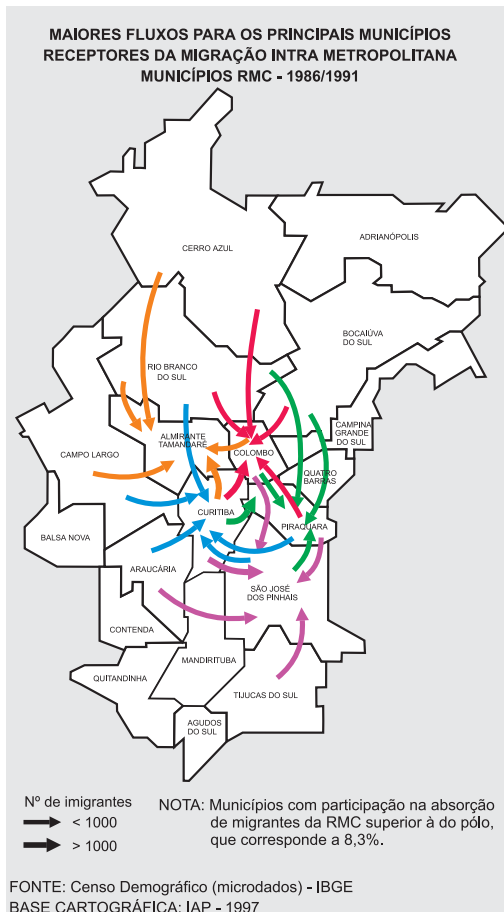
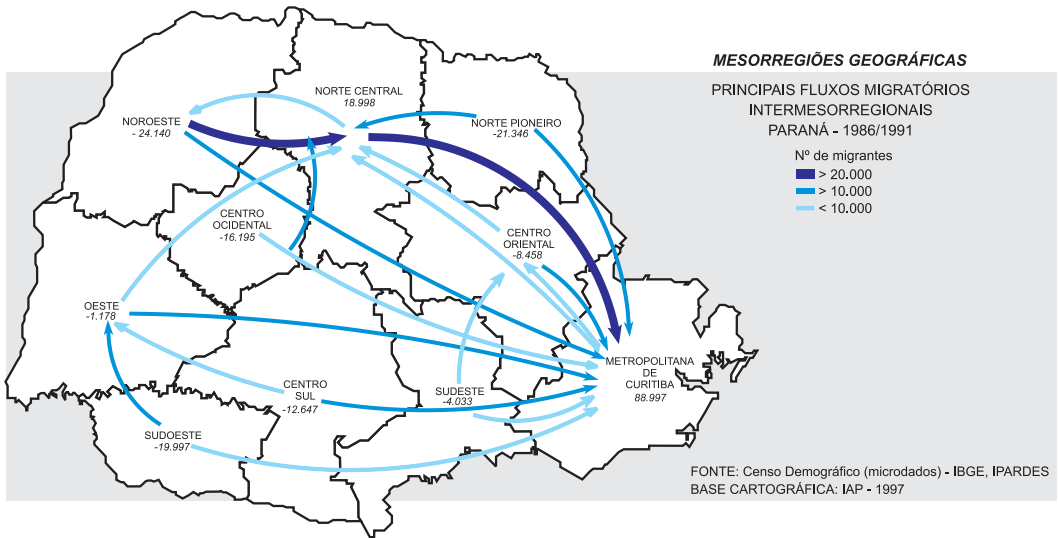
Desde 1970		Atingem 50 mil hab. entre 1970 e 1980		Atingem 50 mil hab. entre 1980 e 1991		Atingem 50 mil hab. entre 1991 e 2000	
Curitiba		Apucarana		Almirante Tamandaré		Fazenda Rio Grande	
Londrina		Cascavel		Arapongas		Francisco Beltrão	
Maringá		Colombo		Araucária		Pato Branco	
Paranaguá		Foz do Iguaçu		Cambé		Pinhais*	
Ponta Grossa		Guarapuava		Campo Largo		Sarandi	
		Paranavaí		Campo Mourão			
número de centros	5	Piraquara		Telêmaco Borba			
% da população urbana	40,46	S. José dos Pinhais		Toledo			
% do total de municípios	1,74	Umuarama					
		número de centros	14	número de centros	22	número de centros	26
		% da população urbana	52,92	% da população urbana	60,47	% da população urbana	62,98
		% do total de municípios	4,83	% do total de municípios	6,81	% do total de municípios	6,52

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

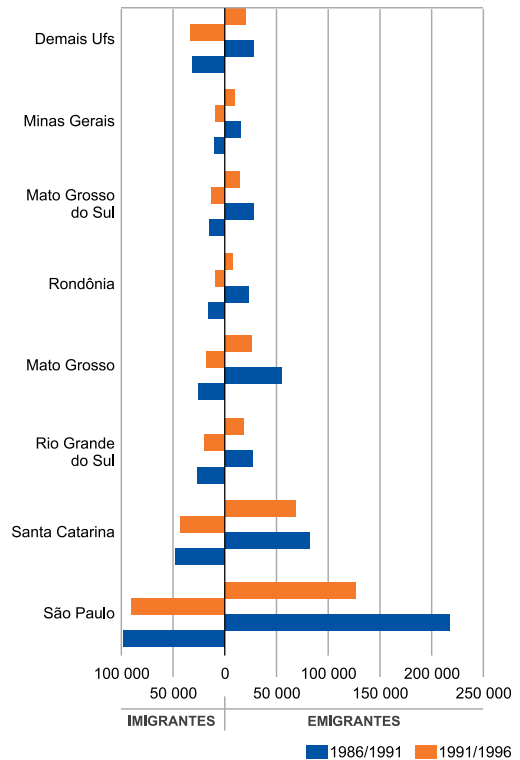
NOTA: * Desmembrou de Piraquara, que passa a ter uma população inferior a 50 mil hab.



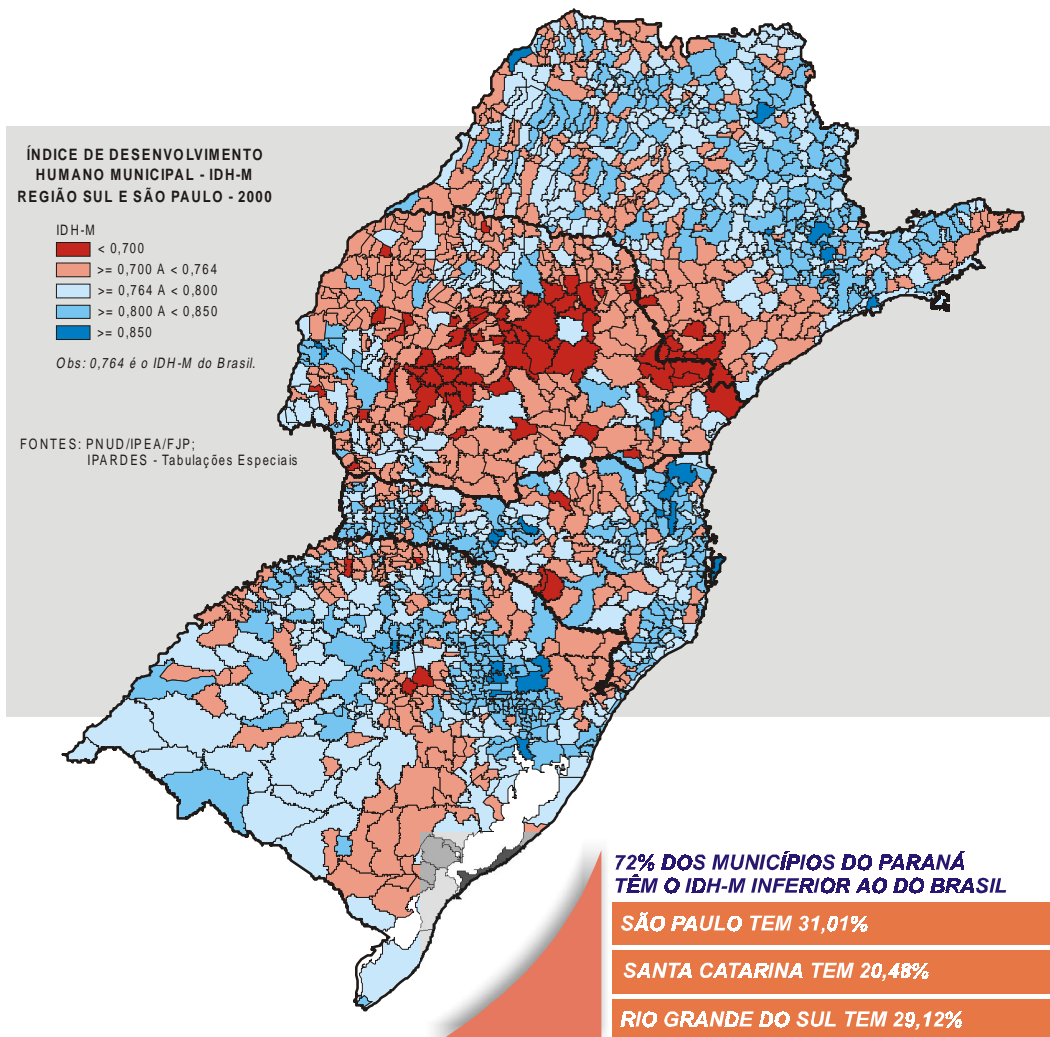
DINÂMICA POPULACIONAL



IMIGRANTES E EMIGRANTES - PARANÁ 1986/1991 E 1991/1996



DESENVOLVIMENTO HUMANO



MUNICÍPIOS COM OS 10 MENORES ÍNDICES

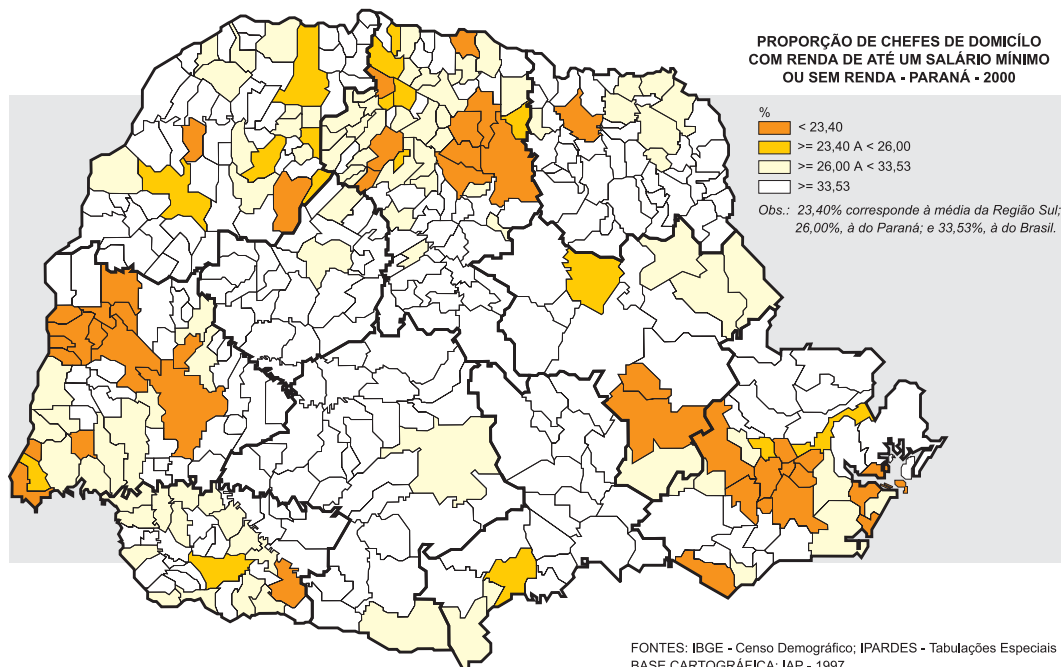
Ortigueira	0,620
Doutor Ulysses	0,627
Mato Rico	0,640
Reserva	0,646
Imbaú	0,646
Laranjal	0,651
Guaraqueçaba	0,659
Santa Maria do Oeste	0,662
Rosário do Ivaí	0,664
Ventania	0,665

MUNICÍPIOS COM OS 10 MAIORES ÍNDICES

Curitiba	0,856
Quatro Pontes	0,850
Pato Branco	0,849
Entre Rios do Oeste	0,847
Maripá	0,845
Maringá	0,841
Palotina	0,832
Marechal Cândido Rondon	0,829
Toledo	0,827
Londrina	0,824



RENDA



692.795 domicílios no Paraná têm chefes com renda inferior a 1 salário mínimo (26% do total de domicílios)

20 municípios com as maiores proporções de domicílios com chefes com renda inferior a 1 salário mínimo

Godoy Moreira	68,50
Mato Rico	62,36
Santa Maria do Oeste	61,87
Nova Tebas	59,82
São José da Boa Vista	59,02
Doutor Ulysses	58,50
Salto do Itararé	58,48
Altamira do Paraná	57,64
Iracema do Oeste	57,54
Cerro Azul	57,41
Cândido de Abreu	57,34
Adrianópolis	57,22
Guaraqueçaba	56,89
Corumbataí do Sul	56,30
Guamiranga	55,66
Arapuã	55,34
São Jerônimo da Serra	55,05
Reserva	54,84
Antônio Olinto	54,83
Bom Jesus do Sul	54,57

20 municípios com os maiores números de domicílios com chefes com renda inferior a 1 salário mínimo

Curitiba	58.698
Londrina	21.659
Ponta Grossa	15.911
Foz do Iguaçu	14.858
Cascavel	13.402
Guarapuava	11.909
Maringá	11.861
Colombo	10.146
São José dos Pinhais	9.646
Apucarana	6.874
Paranaguá	6.649
Umuarama	6.244
Prudentópolis	6.216
Campo Mourão	6.192
Castro	6.011
Toledo	5.606
Almirante Tamandaré	5.568
Campo Largo	5.540
Paranavaí	5.310
Pinhais	5.197

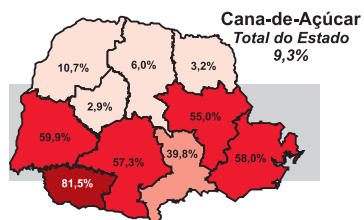
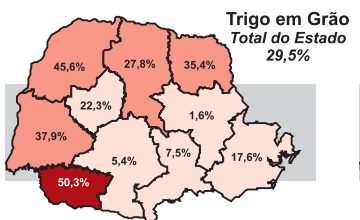
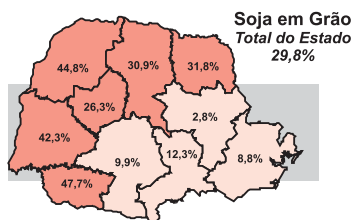
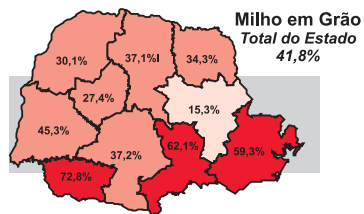
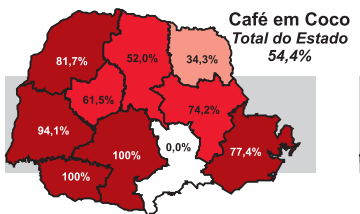
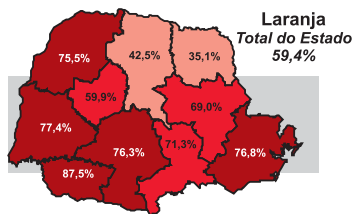
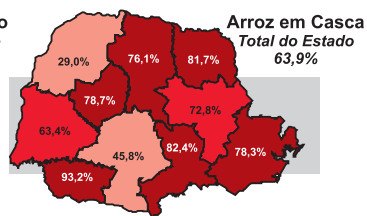
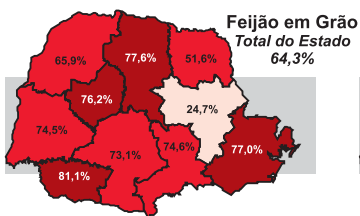
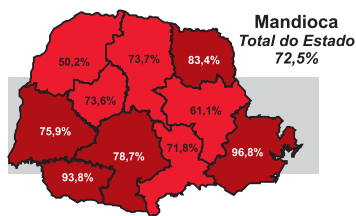
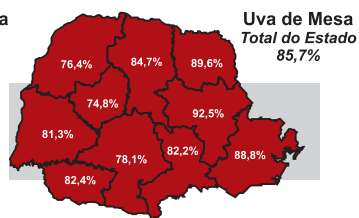
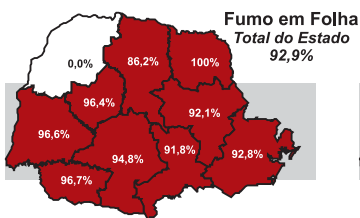


AGRICULTURA FAMILIAR

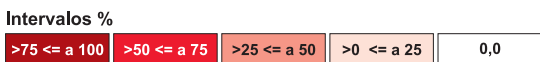


Importância relativa da agricultura familiar no valor bruto da produção agrícola nas Mesorregiões Geográficas e no total do Estado - 1995

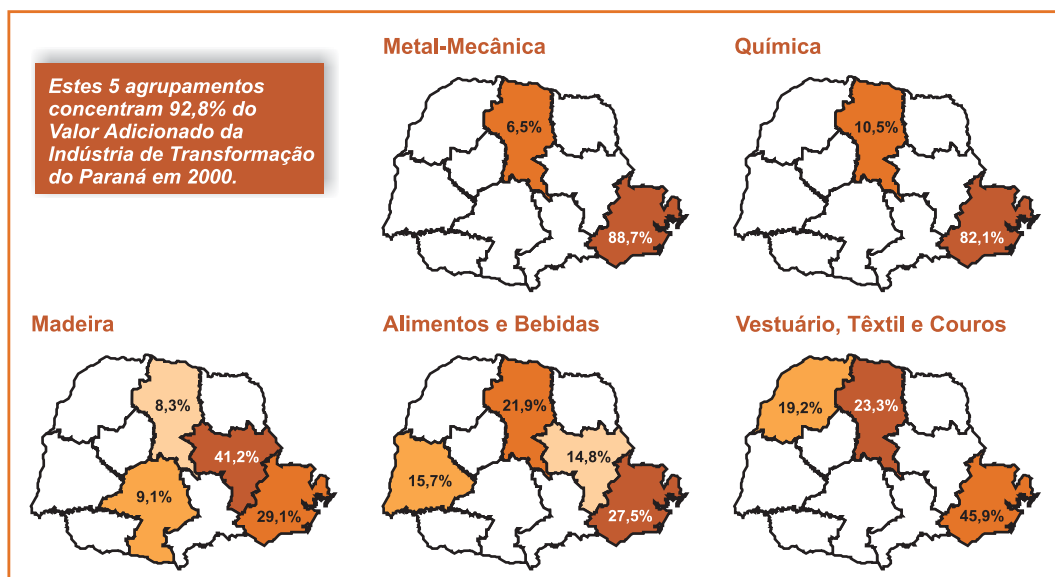
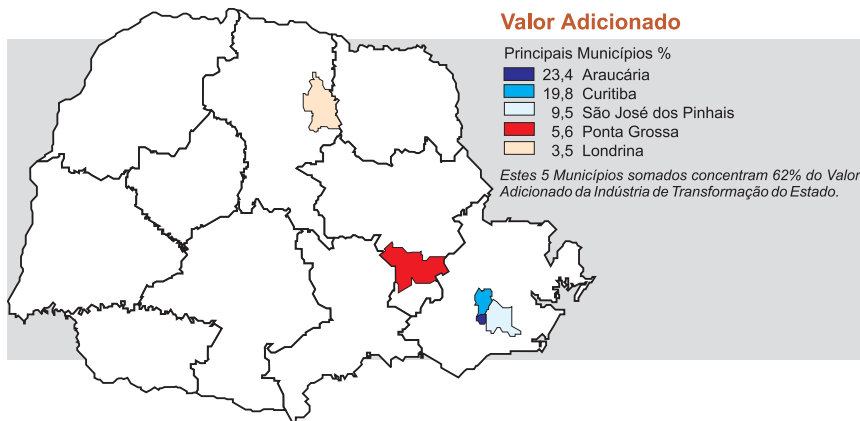
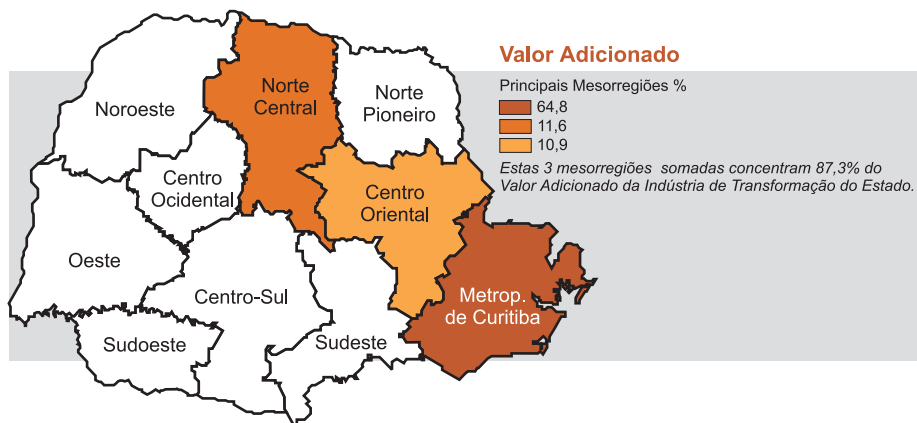
A agricultura familiar, segundo o INCRA/ FAO, participava em 1995 com 48% do valor bruto da produção agrícola do Estado.



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário
NOTA: Elaboração IPARDES



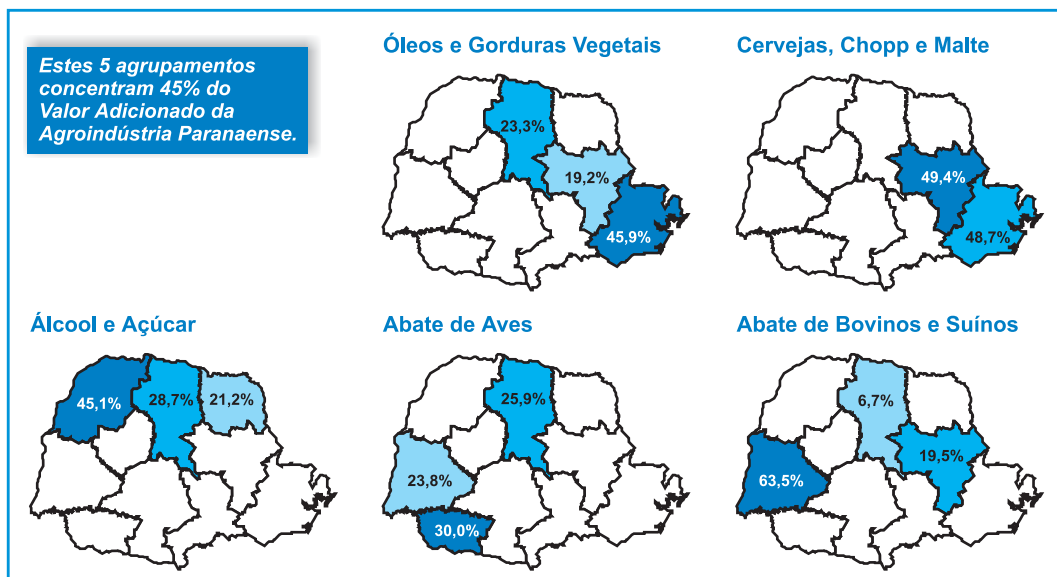
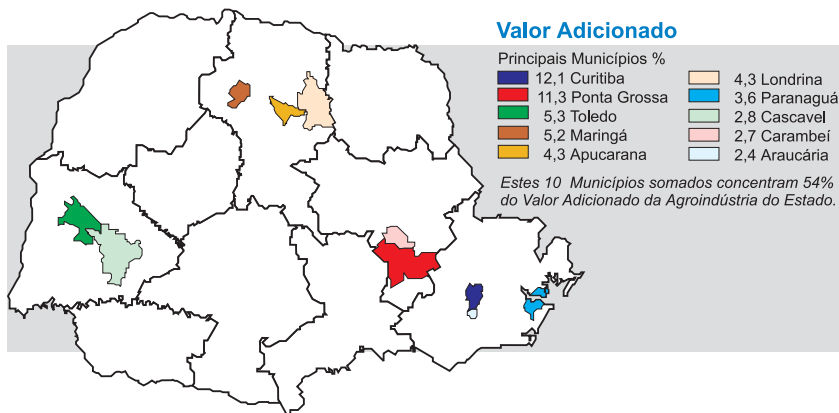
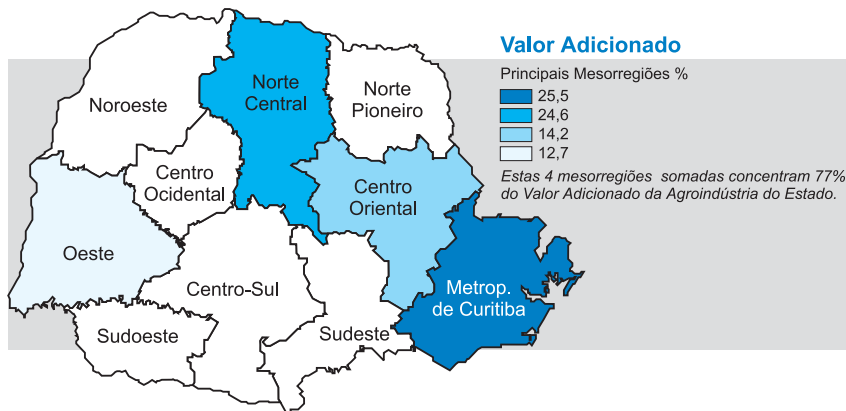
INDÚSTRIA - 2000



FONTE DOS DADOS PRIMÁRIO: SEFA
 NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES



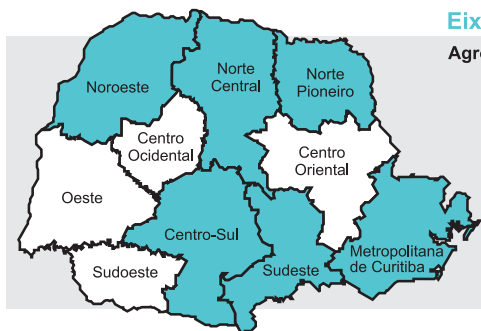
AGROINDÚSTRIA - 2000



FONTE DOS DADOS PRIMÁRIO: SEFA
 NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES



INOVAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL - 2000



Eixo 1 - Segmentos Tradicionais Não Inovativos

Agroindústria extensiva e base agropecuária e de recursos naturais

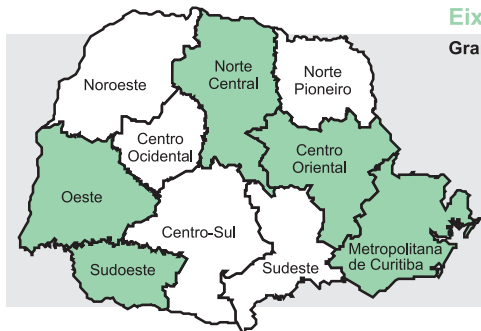
- Minerais não-metálicos - Metropolitana de Curitiba, Sudeste
- Desdobramento de madeira - Sudeste e Centro Sul
- Derivados de mandioca - Noroeste
- Derivados de milho - Norte Central
- Sucoalcooleira - Norte Pioneiro
- Doces e massas - Norte Central
- Aguardente - Norte Central
- Erva mate - Sudeste
- Conservas e temperos - Metropolitana de Curitiba



Eixo 2 - Segmentos Tradicionais em Ambiente Propício à Inovação

Empresas beneficiárias de economias de aglomeração e interação inter-firmas

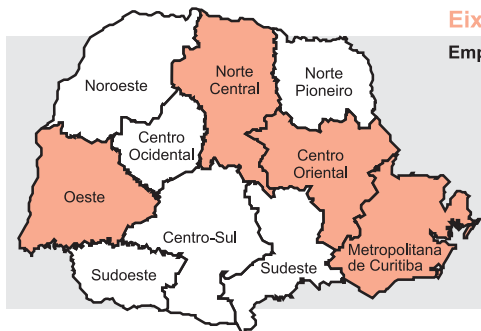
- Têxtil de algodão, rami e seda - Norte Central
- Fiação de algodão - Centro Ocidental
- Vestuário (bonés, uniformes, design e criação de moda) - Norte Central e Noroeste
- Couro, sapatos e artefatos de couro - Norte Central e Noroeste
- Moveleiro (design e decoração) - Norte Central
- Sucoalcooleiro - Noroeste
- Transformados plásticos - Norte Central
- Conservas de frutas - Centro Ocidental



Eixo 3 - Segmentos Tradicionais Inovativos

Grandes empresas âncoras e cooperativas

- Celulose e papel - Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba
- Lâminas de madeira - Metrop. de Curitiba e Centro Oriental
- Óleo e gordura vegetal - Metrop. de Curitiba e Norte Central
- Carnes - Oeste e Sudoeste
- Laticínios - Sudoeste, Norte Central e Centro Oriental
- Suco de laranja - Noroeste
- Cerveja - Metropolitana de Curitiba e Centro Oriental
- Ração Animal - Oeste



Eixo 4 - Segmentos Modernos Inovativos

Empresas Intensivas em Tecnologia e de natureza estruturante

- Automotivo - Metropolitana de Curitiba
- Máquinas e equipamentos - Metrop. de Curitiba e Norte Central
- Agroquímico - Metrop. de Curitiba, Norte Central e Centro Oriental
- Químico - Metropolitana de Curitiba
- Equipamentos Agrícolas - Oeste
- Mecânico - Norte Central
- Equipamentos instalação industrial - Norte Central
- Metalúrgica e elétrica - Norte Central e Metrop. de Curitiba

FONTE: RAIS/MTE e SEFA
 NOTA: Elaboração IPARDES.





SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 Bloco 2 Santa Cândida Curitiba/PR
CEP 82630-900 Fone (41)351-6345 Fax (41)351-6347
www.ipardes.gov.br ipardes@ipardes.gov.br